



Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
Gabinete da Governadora

MENSAGEM Nº 55 /GG

Teresina (PI), 01 de JULHO

de 2022.

A Sua Excelência, o Senhor  
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
NESTA CAPITAL

ADO NO EXPEDIENTE

Em, 05/07/2022

*[Assinatura]*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR PARCIALMENTE**, o Projeto de Lei que **"Reajusta o valor dos vencimentos dos servidores efetivos, das remunerações dos servidores comissionados, das gratificações pelo exercício de função de confiança e das gratificações pagas a policiais militares integrantes do Pelotão Especial de Segurança (PES)."**

Conforme as razões adiante expostas, o veto incide sobre o art. 3º, do Projeto de Lei, reproduzido a seguir:

"Art. 3º O artigo 17 da Lei 5.673, de 1º de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17.

I - R\$ 1.375,00 (mil trezentos e setenta e cinco reais), em se tratando de título de doutor;

II - R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), em se tratando de título de mestre;

III - R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), em se tratando de certificado de especialização na forma do § 3º do artigo 16 desta lei;

IV - R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para os Auxiliares, Técnicos de Controle Externo e Assistentes de Administração, portadores de diploma de curso superior.

....." (NR)

PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuelito de Oliveira Costa  
Secretário Geral da Mesa



## RAZÕES DO VETO

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que ***“Reajusta o valor dos vencimentos dos servidores efetivos, das remunerações dos servidores comissionados, das gratificações pelo exercício de função de confiança e das gratificações pagas a policiais militares integrantes do Pelotão Especial de Segurança (PES).”***, conforme autógrafo encaminhado por meio do ofício AL-P-(SGM) Nº 213/2022, protocolizado sob AP .010.1.002591/22-67.

O Projeto de Lei, portanto, dispõe sobre reajuste de vencimentos e gratificações dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Assim, o *caput* do seu art. 1º reajusta em 8% (oito por cento) os vencimentos dos servidores efetivos, as remunerações dos servidores ocupantes de cargo em comissão e as gratificações pagas aos militares integrantes do Pelotão Especial de Segurança do TCE/PI. Por sua vez, o parágrafo único do art. 1º estende este mesmo valor do reajuste (8%) às gratificações pelo exercício de função (com exceção da gratificação pelo exercício da função de confiança de valor mais elevado - símbolo TC-FC-04).

Por se tratar de revisão na remuneração (vencimentos e gratificações) dos servidores daquela Corte de Contas, oportuno atentar-se para a vedação legal do art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/1997. Com base em tal vedação legal, e segundo o calendário eleitoral emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral, 5 de abril foi a data a partir da qual ficou vedado ao agente público fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição. Tal vedação persiste até a posse dos eleitos (Lei nº 9.504/1997, art. 73, VIII; Res.-TSE nº 22.252/2006 e Res.-TSE nº 23.610, art. 83, VIII).

Em razão de tal vedação legal, cumpre perquirir se o índice de reajuste autorizado é inferior ao índice da inflação projetado para o ano de 2022, visto que a perda do poder aquisitivo da moeda nacional se mede pelos índices inflacionários.

O Banco Central do Brasil, autoridade monetária nacional, emitiu o Relatório Trimestral de Inflação (Vol. 24, N. 2, junho 2022) projetando inflação anual de 8,8%, *verbis*:

“Na projeção do cenário de referência, que utiliza trajetória para o preço do petróleo seguindo aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses, taxa Selic da pesquisa Focus e taxa de câmbio seguindo a PPC, a inflação acumulada em quatro trimestres atinge pico de 12,0% no segundo trimestre de 2022, caindo para 8,8% no final do ano, acima do limite superior do intervalo de tolerância (5,00%) da meta Estado do Piauí Secretaria de Governo Diretoria de Assuntos Jurídicos para a inflação (3,50%).





**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete da Governadora**

A inflação projetada cai para 4,0% em 2023 e 2,7% em 2024, diante de metas para a inflação de 3,25% e 3,00%, respectivamente (Tabelas 2.2.1 e 2.2.2 e Gráfico 2.2.8)" (cf.

<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202206/ri202206p.pdf>, acesso em 30.06.2022)

Como a projeção para a inflação anual é de 8,8% (oito vírgula oito por cento), conforme relatório trimestral emitido pelo Banco Central do Brasil, o reajuste de 8% (oito por cento) pretendido pelo art. 1º do Projeto de Lei restringe-se a compensar a perda do poder aquisitivo da moeda projetada para 2022, ano da eleição.

A vedação contida no art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/1997, portanto, não incide no reajuste autorizado no art. 1º do Projeto de Lei.

Mais adiante, o *caput* do art. 2º do Projeto de Lei contém autorização de acréscimo vencimental equivalente a 12,9% (doze vírgula nove por cento) do valor atualmente pago a título de gratificação de desempenho (GD) e da compensação pela incidência da contribuição previdenciária sobre a parcela incorporada dessa gratificação, *verbis*:

"Art. 2º Além do reajuste previsto no art. 1º, ao vencimento dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do estado do Piauí ficarão acrescentados 12,9% (doze vírgula nove por cento) do valor atualmente pago a título de gratificação de desempenho (GD) e da compensação pela incidência da contribuição previdenciária sobre a parcela incorporada dessa gratificação.

Parágrafo único. A gratificação de desempenho (GD) ficará limitada ao valor máximo de R\$ 1.698,95 (mil seiscentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos), reduzindo-se automaticamente o valor incorporado ao vencimento de cada uma das carreiras de servidores efetivos do Tribunal de Contas."

Já o parágrafo único do art. 2º, acima reproduzido, pretende limitar a gratificação de desempenho (GD) ao valor máximo de R\$ 1.698,95 (mil seiscentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos), bem como reduzir automaticamente o valor da GD incorporado ao vencimento.

O valor máximo atual da gratificação de desempenho dos servidores do TCE/PI foi limitado pela Lei nº 7.710/2021 em R\$1.950,00 (mil, novecentos e cinquenta reais). A limitação pretendida pelo Projeto de Lei representa, por conseguinte, uma diminuição superior a 12,87%, do valor máximo da GD atual. Com esta limitação, o parágrafo único do art. 2º, pretende neutralizar o acréscimo autorizado pelo *caput* do referido artigo.

Por fim, o art. 3º do Projeto de Lei pretende alterar os valores do Adicional de Qualificação (AD) previsto nos art. 16 e 17 da Lei nº 5.673, de 1º de agosto de 2007 (Plano de Cargos e Salário do Pessoal do Quadro Efetivo do TCE/PI). Conforme



**Estado do Piauí**  
**Palácio de Karnak**  
**Gabinete da Governadora**

redação atual do art. 17 da Lei nº 5.673/2007, os valores vigentes do AQ são os seguintes:

“Art. 17. O adicional de qualificação (AQ) de que trata o artigo anterior terá como limite os valores abaixo:  
I - R\$ 1.000,00 (um mil reais), em se tratando de título de Doutor;  
II - R\$ 800,00 (oitocentos reais), em se tratando de título de Mestre;  
III - R\$ 600,00 (seiscentos reais), em se tratando de Certificado de Especialização na forma do § 3º do artigo 16 desta lei;  
IV - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para os Auxiliares, Técnicos de Controle Externo e Assistentes de Administração, portadores de diploma de curso superior. (acesso em 30/06/2022, ao endereço oficial <https://www.tce.pi.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/LEI-ESTADUAL-No-5.673-DE-1o08-2007-2o-PLANO-DE-CARGOS-DO-TCE-REDACAO-PARA-PUBLICACAO.pdf>)

Já os valores máximos pretendidos pelo art. 3º do Projeto de Lei são os seguintes:

“Art. 17. ....  
I - R\$ 1.375,00 (mil trezentos e setenta e cinco reais), em se tratando de título de doutor;  
II - R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), em se tratando de título de mestre;  
III - R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), em se tratando de certificado de especialização na forma do § 3º do artigo 16 desta lei;  
IV - R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para os Auxiliares, Técnicos de Controle Externo e Assistentes de Administração, portadores de diploma de curso superior.  
.....” (NR)

A intenção do art. 3º do Projeto de Lei é de reajustar os valores atuais do Adicional de Qualificação em percentuais superiores à projeção da inflação para o ano em curso. Neste caso, porém, não se verifica nenhuma medida de neutralização do acréscimo pretendido. Por tal motivo, a pretensão de reajuste contida no referido dispositivo do Projeto esbarra na vedação contida no art. 73, inciso VIII, da Lei Federal nº 9.504/1997:

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

.....  
VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a





Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
Gabinete da Governadora

recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.”

Segundo o Calendário Eleitoral fixado pelo TSE, 5 de abril foi o dia a partir do qual restou vedado ao agente público fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição. Como a regra proibitiva do art. 73, VIII, da Lei Eleitoral não restringe seus destinatários, a proibição alcança indistintamente todos os Poderes e Órgãos independentes ou autônomos, o que impede a revisão dos valores do Adicional de Qualificação contida no art. 3º do Projeto de Lei.

A Constituição Estadual prevê o exercício do poder de veto nos seguintes termos:

Art. 78. *omissis...*

§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º - *omissis...*

Por todo o exposto, amparada na distribuição formal de competências e no princípio constitucional da igualdade, resolvo **VETAR PARCIALMENTE** o Projeto de Lei, entendendo-o inconstitucional.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar o **art. 3º, do Projeto de Lei**, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa augusta Casa.

**MARIA REGINA SOUSA**  
Governadora do Estado do Piauí